

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DISCENTE NA LICENCIATURA SEMIPRESENCIAL E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

João Victor da Silveira Melo e Souza¹

Resumo

A expansão da Educação a Distância e das licenciaturas semipresenciais tem produzido transformações significativas na formação inicial de professores no Brasil, especialmente no que se refere à construção da identidade discente. Este artigo tem como objetivo analisar como a organização formativa em contextos semipresenciais influencia o desenvolvimento dessa identidade e quais implicações esse processo pode produzir para a futura atuação docente na educação básica. A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, articulados ao diálogo com experiências vivenciadas no curso de Pedagogia em modalidade semipresencial. Os resultados indicam que a semipresencialidade amplia o acesso ao ensino superior e favorece a permanência de estudantes com diferentes trajetórias sociais e profissionais ao proporcionar flexibilidade, autonomia e possibilidades diversificadas de participação acadêmica, diferente do modelo tradicional que possui uma organização mais rígida. Ambientes virtuais de aprendizagem, atividades colaborativas mediadas por tecnologias digitais e processos contínuos de reflexão formativa constituem espaços legítimos de socialização acadêmica e construção de saberes docentes, não limitando apenas a espaços de interação presencial. Esses elementos contribuem para a consolidação da identidade discente ao promover a articulação entre teoria, prática e reflexão crítica ao longo da formação inicial. Conclui-se que a licenciatura semipresencial configura-se como uma modalidade formativa capaz de integrar inclusão, qualidade e inovação pedagógica, fortalecendo a preparação de futuros professores para os desafios contemporâneos. Assim, a construção da identidade discente em contextos híbridos revela-se um aspecto central para orientar políticas públicas, práticas institucionais e estratégias pedagógicas comprometidas com a formação de profissionais reflexivos, autônomos e socialmente engajados.

Palavras-chave: Educação a distância; Licenciatura semipresencial; Identidade discente; Formação de professores.

A expansão da Educação a Distância e os desafios contemporâneos da formação docente

A expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil provocou transformações significativas na organização da educação superior nas últimas décadas, especialmente no campo da formação inicial de professores. Prevista pela primeira vez na Lei de Diretrizes e

¹ Graduando em Pedagogia pela UERJ. Bolsista do Programa de Inovação em Docência (PID/PR-1) da UERJ, no projeto “Potências Formativas na EaD. Caminhos para o acesso, permanência e democratização do Ensino Superior.”. joaomelo.edu@gmail.com

Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 como estratégia de ampliação do acesso à educação, a modalidade passou a ocupar destaque na oferta de cursos de graduação a partir dos anos 2000, acompanhando o avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação e a expansão do ensino superior no país. Esse movimento pode ser observado na evolução do número de cursos de graduação a distância, que cresceu de apenas 10 cursos no ano 2000 para mais de 11 mil em 2024, conforme a figura 1 do Censo da Educação Superior (INEP, 2024).

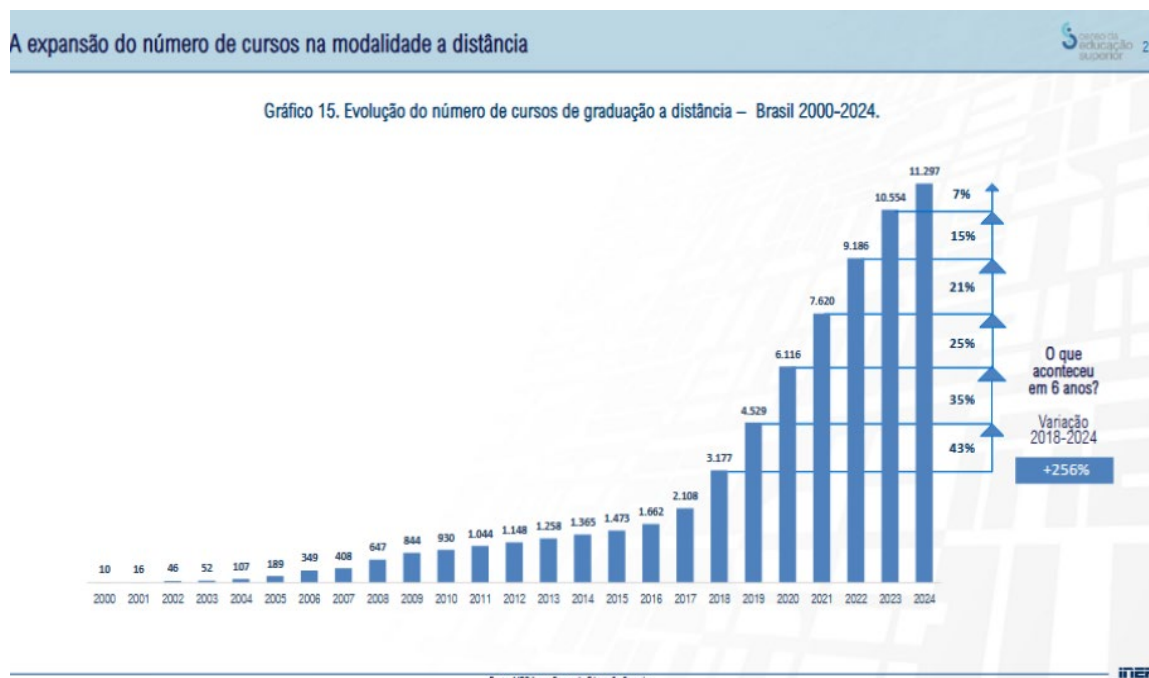


Figura 1 - Censo da Educação Superior (INEP, 2024)

A consolidação da EaD como eixo estruturante da formação superior trouxe consigo uma mudança profunda no perfil do estudante universitário brasileiro. A ampliação das vagas e a flexibilização das formas de acesso possibilitaram a entrada de sujeitos historicamente excluídos do ensino superior, incluindo trabalhadores que conciliam estudo e atividade profissional, indivíduos provenientes de camadas populares, estudantes oriundos da escola pública e grupos historicamente sub-representados como as pessoas negras, mulheres, LGBTQIAPN+, PcD e povos Indígenas.

Ao analisar essa expansão, Ristoff (2014) argumenta que o perfil socioeconômico do estudante universitário passou por um processo de diversificação, com maior presença de estudantes de famílias de menor renda e de segmentos sociais anteriormente pouco representados. O aumento na oferta de cursos de graduação EaD, neste interim, contribuem para a democratização do acesso ao ensino superior no país e para a redução da desigualdade da oferta de Ensino Superior pelo país (Borges, 2015), com a ampliação do número de vagas,

interiorização e, sobretudo, uma flexibilização de horários que favorece a possibilidade de permanência da classe trabalhadora.

Nesse contexto, as licenciaturas destacam-se como um dos principais campos de expansão, consolidando arranjos formativos em que a experiência acadêmica se desenvolve simultaneamente em espaços distintos. Essa reorganização do processo formativo tem implicações diretas para a construção da identidade discente, uma vez que experiências acadêmicas, práticas pedagógicas e processos de socialização constituem elementos centrais na formação inicial docente.

Ao compreender que tal expansão tem relação direta com o crescimento da oferta de cursos EaD, como apontado anteriormente com base nos dados do Censo (INEP, 2024), observa-se que o processo de ensino aprendizagem, mediado pelas tecnologias digitais, ganha novos contornos. Quando parte significativa das disciplinas ocorre em ambientes virtuais ou em modelos semipresenciais, surgem novas configurações de aprendizagem que exigem reflexão sobre como se desenvolvem os processos de socialização acadêmica e de construção identitária. Assim, não se trata de transpor o ensino tradicionalmente presencial para os ambientes virtuais, mas de planejar processos de ensino aprendizagem a partir de uma linguagem híbrida.

Com o crescimento significativo na oferta, a preocupação com a qualidade torna-se latente. Recentemente, foi lançado o Decreto nº 12.456/2025, conhecido como Marco Regulatório da EaD, que institui a semipresencialidade como modalidade de ensino. Neste contexto, os cursos de licenciatura devem ser exclusivamente presenciais ou semipresenciais. Experiências de formação semipresenciais já eram desenvolvidas².

Tal regulamentação vai em encontro com a compreensão sobre formação docente de autores como Nóvoa (2009) e Tardif (2002) que destacam que a formação docente envolve não apenas a aquisição de conhecimentos teóricos, mas também a construção de sentidos sobre a profissão e a articulação entre diferentes saberes e experiências formativas. Assim, compreendo que a semipresencialidade, nesse sentido, deve ser compreendida como oportunidade de ampliar possibilidades formativas, promovendo autonomia, flexibilidade e inclusão, ao mesmo tempo em que articula experiências teóricas e práticas de forma integrada.

² Os cursos de licenciatura ofertados pelas Universidades públicas através do Consórcio CEDERJ foram, desde sua criação, regidos de forma semipresencial, embora englobados na modalidade EaD.

Diante desse cenário, faz-se pertinente problematizar a construção da identidade discente nos cursos de licenciatura semipresenciais e compreender quais implicações esse processo produz na formação inicial de professores. Para tanto, a pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico, fundamentado em estudos sobre formação docente, identidade discente e educação a distância no contexto brasileiro, mobilizado em diálogo com minhas vivências e trocas enquanto graduando em Pedagogia no curso semipresencial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ofertado por meio do Consórcio Cederj.

Construção da identidade discente na formação inicial de professores

A formação de professores não pode ser reduzida à simples transmissão de conteúdos, uma vez que a profissão docente implica uma construção identitária complexa. Conforme Nóvoa (2009), ao participar de experiências formativas diversas, o futuro professor elabora sentidos sobre o que significa ensinar e ser docente, incorporando diferentes dimensões do saber pedagógico, do exercício da profissão e do papel social da educação. De maneira complementar, Tardif (2002) argumenta que os saberes docentes se constroem a partir da articulação entre conhecimentos teóricos, experiências práticas e contextos sociais, contribuindo para a formação de uma identidade profissional crítica, estruturada e significativa.

Nesse sentido, a construção da identidade discente envolve processos de socialização acadêmica, interação pedagógica e participação em práticas formativas que consolidam vínculos com o campo profissional. Experiências acadêmicas, projetos colaborativos e momentos de reflexão compartilhada desempenham papel central nesse processo, permitindo que o estudante integre saberes teóricos e vivências práticas de forma reflexiva e crítica.

No contexto das licenciaturas semipresenciais, essa construção identitária ocorre em uma configuração formativa ampliada, distribuída entre diferentes ambientes. Longe de representar uma limitação, essa configuração amplia as possibilidades de aprendizagem, integrando diferentes formas de interação, colaboração e produção de conhecimento. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, atividades síncronas e projetos desenvolvidos em rede permitem que os estudantes participem de processos formativos contínuos, compartilhando experiências, debatendo práticas pedagógicas e construindo coletivamente reflexões sobre a docência. Assim, a semipresencialidade não apenas amplia o

acesso à educação superior, mas também reorganiza os processos de socialização e aprendizagem, fortalecendo a construção da identidade discente.

Essa reorganização dos processos formativos implica também a constituição de novas dinâmicas de participação acadêmica, nas quais o estudante assume papel mais ativo na gestão de seu próprio percurso de aprendizagem. A necessidade de organizar rotinas de estudo, interagir em ambientes virtuais, participar de atividades colaborativas e produzir conhecimentos em diferentes formatos contribui para o desenvolvimento de competências relacionadas à autonomia intelectual, à responsabilidade formativa e à construção progressiva de uma postura profissional reflexiva.

Ao criar novos espaços de diálogo e colaboração entre estudantes e tutores/mediadores, a modalidade oferece oportunidades para que o licenciando desenvolva uma postura reflexiva sobre sua própria formação, sua prática futura e sobre o papel social da docência, mostrando que a aprendizagem significativa e a construção identitária podem ocorrer de forma robusta mesmo em ambientes mediados por tecnologias digitais. Dessa forma, a experiência formativa em contextos semipresenciais pode favorecer a consolidação de disposições pedagógicas articulando o processo de aprendizagem acadêmica à construção do compromisso com o exercício futuro da docência.

Impactos da semipresencialidade na formação docente

A semipresencialidade, reconhecida e regulamentada no âmbito da organização da educação superior pelo Decreto nº 12.456/2025, definida como um modelo de ensino superior que combina atividades a distância com encontros presenciais obrigatórios, promove uma reorganização dos processos formativos ao articular atividades mediadas por tecnologias digitais com momentos presenciais planejados e contribui para a institucionalização da semipresencialidade como modalidade formativa legítima no ensino superior brasileiro, superando a compreensão de que a mediação tecnológica representaria apenas uma solução emergencial ou complementar. Ao estabelecer parâmetros mais definidos para a organização dos cursos, o decreto demonstra preocupação com a consolidação de políticas institucionais voltadas à formação docente em contextos híbridos, estimulando o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais flexíveis e alinhadas às demandas contemporâneas da educação básica.

Esse modelo amplia as possibilidades de acesso ao oferecer maior flexibilidade na gestão do tempo e adaptar as experiências de aprendizagem a distintas necessidades individuais, a modalidade contribui para a permanência no ensino superior e para o fortalecimento da identidade discente e profissional. No entanto, é importante salientar que o aumento expressivo do percentual de presencialidade pode acarretar na impossibilidade da continuidade formativa dos estudantes trabalhadores. Ademais, como analisado por Borges (2015), o aumento na oferta de cursos a distância é um fator relevante para o ingresso de classes populares à Universidade. Saliento, então, que as condições de acesso da classe trabalhadora são favorecidas pela flexibilização do espaço-tempo de aprendizagem. Em concordância com a defesa do autor, a organização responsável e comprometida dos cursos é fator para a sua alta qualidade, seja nas modalidades presenciais, semipresenciais ou EaD. Logo, a preocupação com a qualidade não é relacionada diretamente a alta porcentagem de presencialidade.

A experiência apresentada a seguir foi obtida por meio de diálogo realizado sobre os impactos da semipresencialidade na formação docente, durante o qual um estudante de licenciatura semipresencial relatou percepções sobre seu percurso formativo e sobre as contribuições da modalidade para sua permanência e desenvolvimento acadêmico.

Na minha experiência na licenciatura semipresencial, o formato tem pontos bastante positivos. Para mim, especialmente como homem autista, a possibilidade de estudar com certa distância física torna o processo muito mais confortável e administrável. O ambiente remoto reduz estímulos e pressões sociais que, em um curso totalmente presencial, poderiam dificultar minha concentração ou até mesmo minha permanência no curso. Dessa forma, a educação a distância acaba ampliando o acesso ao ensino superior e criando condições mais inclusivas para estudantes com perfis diferentes, permitindo que cada um organize melhor seu tempo de estudo e concilie a formação com outras responsabilidades da vida. (Estudante de Licenciatura em Pedagogia, UERJ/Consórcio CEDERJ, 2026).

Esse relato evidencia que a semipresencialidade favorece experiências significativas de aprendizagem ao estimular autonomia, autogerenciamento e adaptação do ambiente formativo às necessidades dos estudantes. A possibilidade de participar de atividades acadêmicas em diferentes espaços e tempos contribui para a construção da identidade discente, ampliando os modos de interação e a observação de diferentes formas de atuação docente com o conhecimento e com a própria formação profissional, sem que a qualidade formativa dependa exclusivamente da presença física contínua na universidade.

Nesse contexto, a semipresencialidade integra flexibilidade, inclusão e qualidade formativa, permitindo que futuros professores desenvolvam repertórios diversificados de aprendizagem e articulem saberes teóricos e práticos de maneira crítica e reflexiva (Tardif, 2002; Nóvoa, 2009). A modalidade amplia os espaços de socialização acadêmica e de participação no processo formativo, favorecendo a consolidação da identidade discente e contribuindo para a preparação dos licenciandos frente aos desafios concretos da prática educativa.

Além disso, a organização semipresencial contribui para a superação de barreiras históricas de acesso ao ensino superior, democratizando a formação docente e possibilitando a inclusão de estudantes provenientes de diferentes regiões, origens sociais e perfis de aprendizagem. Dessa forma, a semipresencialidade não deve ser compreendida como uma alternativa inferior à formação presencial, mas como uma reconfiguração dos tempos e espaços educativos, capaz de produzir competências docentes amplas, socialmente contextualizadas e alinhadas às demandas contemporâneas da educação básica.

Considerações finais

A reflexão desenvolvida neste artigo permite compreender que a licenciatura semipresencial tem assumido papel relevante na formação inicial de professores no Brasil contemporâneo, não apenas pela ampliação do acesso ao ensino superior, mas também pela reorganização das experiências formativas que estruturam a construção da identidade discente. Ao integrar diferentes tempos, espaços e formas de interação pedagógica, essa modalidade configura-se como possibilidade formativa capaz de promover autonomia, flexibilidade e participação ativa no processo de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas essenciais à docência.

Este estudo indica que a construção da identidade discente em contextos semipresenciais ocorre por meio da articulação entre experiências acadêmicas diversificadas, práticas colaborativas e processos contínuos de reflexão sobre a profissão docente. Nesse percurso, ambientes virtuais de aprendizagem, atividades mediadas por tecnologias digitais e espaços de interação formativa constituem dimensões legítimas de socialização acadêmica, contribuindo para a constituição de repertórios pedagógicos consistentes e para a compreensão ampliada do papel social da educação.

Além disso, outro aspecto evidenciado pela análise refere-se à necessidade de problematizar a associação direta entre qualidade formativa e aumento do percentual de presencialidade nos cursos de licenciatura. Embora momentos presenciais componham a organização curricular e possam favorecer determinadas experiências formativas, a qualidade da formação docente está relacionada, sobretudo, à intencionalidade pedagógica, à mediação qualificada dos processos de ensino aprendizagem e às condições concretas de permanência dos estudantes. Nesse sentido, a ampliação indiscriminada da carga presencial pode representar desafios adicionais para licenciandos trabalhadores, tensionando o princípio de democratização do acesso que historicamente orienta a expansão da educação superior no país.

A regulamentação recente da organização da educação superior mediada por tecnologias digitais, especialmente a partir do Decreto nº 12.456/2025, reforça a importância de compreender a semipresencialidade como uma reconfiguração qualificada dos processos formativos, alinhada às demandas contemporâneas da formação docente. Ao possibilitar maior inclusão, permanência estudantil e diversificação das trajetórias acadêmicas, essa modalidade contribui para o fortalecimento da formação inicial de professores em diferentes contextos sociais e regionais.

Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de que políticas públicas e instituições formadoras invistam em estratégias pedagógicas que valorizem a integração entre diferentes experiências de aprendizagem, o acompanhamento formativo contínuo e a promoção de espaços de diálogo e colaboração. Assim, a formação docente em cursos de licenciatura semipresenciais pode consolidar percursos formativos significativos, preparando futuros professores para atuar de maneira crítica, autônoma e comprometida com a transformação das realidades educativas nas quais estarão inseridos.

Referências

ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Panorama da Educação a Distância no Brasil 2024. São Paulo: ABED, 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação. Brasília: Presidência da República, 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639>. Acesso em: 07 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância (SEAD). Relatórios de Políticas Públicas em Educação Superior. Brasília: Ministério da Educação, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BORGES, Maria Célia. Educação a distância e democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.

Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 365-382, 2015.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior 2000–2024. Brasília: INEP, 2024.

MARCELO GARCÍA, Carlos. Formação de professores: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

NÓVOA, António. Formação de professores e identidade profissional. Porto: Porto Editora, 2009.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

SEMESP – SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2025. São Paulo: Semesp, 2025.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.